

**Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil
apurado por meio dos livros contábeis****SCHULZ S/A S/A**

Aos Diretores e Acionistas

Dados da firma de auditoria

- SAPPiA AUDITORES E CONSULTORES**, sociedade estabelecida na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, com sede à Rua Fortaleza, 76 cj. 01, CEP 89.221-650, bairro Saguacú, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 19.204.243/0001-70, registrada originariamente no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Santa Catarina sob o nº 8.745/O-1, com registro na Comissão de Valores Mobiliários nº 12.106, com seu Contrato Social de Constituição registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas e Títulos e Documentos de Joinville - SC, em 01 de outubro de 2013, registrada sob o nº 13.543, em 21 de outubro de 2013, Livro A-066, representado por seu sócio, **Simone Mathias Leite**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, natural de Pelotas - RS, nascida em 21/07/1970, contadora, portadora da Carteira de Identidade sob o nº 6.440.762 SSP/SC, CPF sob o nº 578.113.000-44, CRC sob o nº RS-53.378/T-SC e CNAI 3.252, residente e domiciliada em Joinville/SC na Rua Albrecht Schmalz 260, bairro América; **SCHULZ S/A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 84.693.183/0001-68, com sede social localizada na Rua Dona Francisca, 6.901, Bairro Zona Industrial Norte, CEP 89.219-530, no município de Joinville - SC, com Estatuto Social devidamente arquivado na Junta Comercial de Santa Catarina sob NIRE nº 42300008486 ("**SCHULZ**"); e **UPI FUNDIÇÃO DE FERRO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 57.847.496/0001-50, com sede social localizada na Rua Rui Barbosa, 2.062, Sala 02, Bairro Costa e Silva, CEP 89.220-100, no município de Joinville - SC, ("**UPI**"); para proceder à avaliação do patrimônio líquido contábil em 31 de março de 2025 da **UPI** a ser incorporado pela **SCHULZ**, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme apresentado a seguir.

Objetivo da avaliação

- 2 O presente laudo tem por objetivo a avaliação do patrimônio líquido contábil, formado por todos os Ativos e Passivos em 31 de março de 2025 da Empresa **UPI**, que tem por objetivo exclusivo fazer parte do processo de incorporação total pela **SCHULZ**, com a conseqüente extinção da **UPI** e reflexos contábeis realizados dentro das demonstrações financeiras da **SCHULZ** ("INCORPORAÇÃO TOTAL").

Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis

- 3 A administração da Empresa é responsável pela escrituração dos livros e elaboração de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Empresa está descrito no anexo III do laudo de avaliação.

Alcance dos trabalhos e responsabilidade do auditor independente

- 4 Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos em 31 de Março de 2025, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTA 20, aprovado pelo CFC, que prevê a aplicação de procedimentos de exame de auditoria aplicados sobre as contas que registram os determinados ativos e passivos que constam do Anexo I deste relatório e que naquela data estavam registrados no balanço patrimonial da Empresa. Assim, efetuamos o exame do referido acervo líquido de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que o acervo líquido objeto de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.
- 5 Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no acervo líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes em relação ao acervo líquido para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Conclusão

- 6 Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor dos bens, dos direitos e das obrigações que integram o patrimônio líquido contábil, a ser transferido da **UPI** para a **SCHULZ** é de R\$ 10.943.809,00 (dez milhões, novecentos e quarenta e três mil, oitocentos e nove reais), e está registrado nos livros da contabilidade de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O balanço patrimonial de 31 de março de 2025 da **SCHULZ** antes e após a Incorporação da **UPI** está apresentados no anexo II, os quais apresentam as mutações Ativas e Passivas ocorridas na Companhia.

Outros Assuntos

(a) de acordo com as normas profissionais estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), não temos conhecimento de conflito de interesse, direto ou indireto, tampouco de qualquer outra circunstância que represente conflito de interesse em relação aos serviços que foram por nós prestados e que estão acima descritos; e

(b) não temos conhecimento de nenhuma ação do controlador ou dos administradores da Sociedade com objetivo de direcionar, limitar, dificultar ou praticar quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das respectivas conclusões.

(c) Nos últimos 3 anos foram realizados os seguintes trabalhos para a **SCHULZ S/A**, ambos no exercício de 2024: (i) uma Due Diligence Contábil, Fiscal, Financeira e Trabalhista, e (ii) a elaboração de um laudo de estudo técnico de Purchase Price Allocation (PPA), voltado à alocação do preço de aquisição da empresa com base em critérios contábeis e financeiros, conforme as normas aplicáveis. Ambos os trabalhos foram conduzidos com foco na integridade das informações e no suporte à tomada de decisão estratégica.

Joinville (SC), 06 de maio de 2025.

SIMONE MATHIAS LEITE

Contadora CRC (RS) nº 53.378/T-SC
CNAI 3.252

**SAPPiA AUDITORES E CONSULTORES**

CRC (SC) nº 8.363/O-8
CVM nº 12.106

ANEXO I

Balço Patrimonial da UPI em 31 de março de 2025 a ser incorporado
(Em milhares de Reais)

| ATIVO | | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | |
|-------------------------------|---------------|-------------------------------------|---------------|
| CIRCULANTE | 18.817 | CIRCULANTE | 18.687 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 456 | Fornecedores | 13.477 |
| Clientes | 12.791 | Obrigações Sociais | 1.966 |
| Estoques | 5.346 | Obrigações Tributárias | 1.516 |
| Adiantamentos | 126 | Outras Obrigações | 1.728 |
| Despesas Antecipadas | 98 | | |
| | | NÃO CIRCULANTE | 64 |
| NÃO CIRCULANTE | 10.878 | Obrigações Tributárias | 64 |
| Impostos Diferidos | 52 | | |
| Imobilizado | 10.826 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 10.944 |
| | | Capital Social | 10.920 |
| | | Lucros/Prejuízos Acumulados | 24 |
| TOTAL DO ATIVO | 29.695 | TOTAL DO PASSIVO | 29.695 |

ANEXO II

Balço Patrimonial da SCHULZ com os efeitos da Incorporação

(Em milhares de Reais)

| | PATRIMÔNIO EM 31/03/2025 | PATRIMÔNIO TRANSFERIDO UPI | PATRIMÔNIO APÓS INCORPORAÇÃO |
|--------------------------------------|-------------------------------------|---|---|
| ATIVO | | | |
| CIRCULANTE | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 772.315 | 456 | 772.771 |
| Clientes | 302.429 | 12.791 | 315.220 |
| Estoques | 265.407 | 5.346 | 270.754 |
| Impostos a Recuperar | 26.210 | - | 26.210 |
| Adiantamentos | 4.917 | 126 | 5.043 |
| Despesas Antecipadas | 3.838 | 98 | 3.936 |
| Outros Créditos | 6.336 | - | 6.336 |
| Total do Ativo Circulante | 1.381.452 | 18.817 | 1.400.270 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Depósitos Judiciais | 3.761 | - | 3.761 |
| Impostos Diferidos | 7.718 | 52 | 7.770 |
| Impostos a Recuperar | 16.461 | - | 16.461 |
| Investimentos | 581.494 | - | 581.494 |
| Imobilizado | 647.951 | 10.826 | 658.777 |
| Intangível | 6.817 | - | 6.817 |
| Total do Ativo Não Circulante | 1.264.202 | 10.878 | 1.275.079 |
| TOTAL DO ATIVO | 2.645.654 | 29.695 | 2.675.349 |

Balço Patrimonial da SCHULZ com os efeitos da Incorporação

(Em milhares de Reais)

| | PATRIMÔNIO EM 31/03/2025 | PATRIMÔNIO TRANSFERIDO UPI | PATRIMÔNIO APÓS INCORPORAÇÃO |
|--|-------------------------------------|---|---|
| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| CIRCULANTE | | | |
| Fornecedores | 161.067 | 13.477 | 174.544 |
| Instituições Financeiras | 159.931 | - | 159.931 |
| Obrigações Sociais | 85.767 | 1.966 | 87.734 |
| Obrigações Tributárias | 27.808 | 1.516 | 29.324 |
| Partes Relacionadas | 15.058 | - | 15.058 |
| Dividendos e JCP | 23.481 | - | 23.481 |
| Operações de Hedge a Pagar | 8 | - | 8 |
| Outras Obrigações | 21.971 | 1.728 | 23.699 |
| Total do Passivo Circulante | 495.091 | 18.687 | 513.778 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Fornecedores | 5.943 | - | 5.943 |
| Instituições Financeiras | 595.879 | - | 595.879 |
| Obrigações Tributárias | 8.309 | 64 | 8.373 |
| Contingências | 9.067 | - | 9.067 |
| Subvenção a Realizar | 2.900 | - | 2.900 |
| Tributos Diferidos | 60.050 | - | 60.050 |
| Outras Obrigações | 160 | - | 160 |
| Total do Passivo Não Circulante | 682.308 | 64 | 682.372 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| Capital Social | 725.646 | 10.920 | 736.566 |
| Reserva de Capital | 2.653 | - | 2.653 |
| Reserva de Lucros | 638.325 | - | 638.325 |
| Lucros/Prejuízos Acumulados | 49.605 | 24 | 49.629 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | 52.026 | - | 52.026 |
| Total do Patrimônio Líquido | 1.468.255 | 10.944 | 1.479.199 |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2.645.654 | 29.695 | 2.675.349 |

ANEXO III**Resumo das principais políticas contábeis****Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes**

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

Transações em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações contábeis são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional da seguinte forma: os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas de câmbio da data da transação.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras com vencimento de curto prazo de cerca de três meses ou menos da data da transação.

Contas a Receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e mercadorias no decurso normal das atividades da companhia.

As contas a receber de clientes no curto prazo, inicialmente, são reconhecidas pelo custo da operação. Subsequentemente, essas contas são mensuradas pelo custo amortizado, líquido de reduções ao valor recuperável (perdas no recebimento de créditos).

Impostos Diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser usado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas são registrados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Controladora, conforme CPC 18. De acordo com esse método, a participação da Empresa no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das controladas, após a aquisição, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional. Os movimentos cumulativos após as aquisições são ajustados contra o custo do investimento.

O custo de constituição da sociedade controlada é mensurado pelo valor dos ativos cedidos ou passivos assumidos na data da operação, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à operação.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de perdas por desvalorização sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por desvalorização é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação da perda por desvalorização, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido perda por desvalorização, são revisados para a análise de uma possível reversão dessa perda na data de apresentação das demonstrações contábeis.

Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo custo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Tributos sobre o Lucro

Os tributos sobre o lucro do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social, correntes. O tributo é reconhecido na demonstração do resultado.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a companhia atua e gera lucro. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Tributos sobre Vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

Reconhecimento das Receitas

As receitas compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções.

A companhia reconhece a receita quando:

- (i) Foram transferidos ao comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos produtos;
- (ii) O valor da receita pode ser mensurado com segurança; e,
- (iii) É provável que benefícios econômicos futuros associados a transação fluirão para a entidade.

Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações contábeis requer que a administração da companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis.

* * * * *